

Apresentação do Plano de Estudos 2018-2020

Fundação Francisco Manuel dos Santos

21 de junho de 2018

A sessão começou com uma breve apresentação sobre a FFMS, de que se dá conta:

- Missão, visão e objetivos da FFMS

Contribuir para o debate público informado, livre e plural. Foco nos temas relevantes para a sociedade portuguesa. Capacidade de chegar às pessoas, de traduzir o conhecimento

“promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas”

É fundamental que os projetos ‘cheguem às pessoas’ e se traduzam em conhecimento. O mais importante não é publicar o estudo, é gerar informação capaz de chegar às pessoas (ex. vídeo, programa de televisão, debate, infografias, etc.)

A área das publicações não é a área dos projetos, embora possam estar relacionados.

O objetivo para o novo programa de estudos é o de apresentar menos estudos, com mais impacto. (No passado, a FFMS desenvolveu, no ciclo passado, 23 estudos. O orçamento disponível mantém-se mas o objetivo é que haja menos estudos, mas com mais impacto. O impacto do estudo é a prioridade que foi estabelecido para este programa.

Os projetos deverão ter a duração de cerca de 2 anos, embora possam ser equacionados, justificadamente, projetos mais longos ou mais curtos. (Entende-se que dois anos é suficiente para um estudo sério e relevante, mantendo-se a sua relevância atual e utilidade/interesse social.)

Houve sessões temáticas, pelas três áreas de estudo privilegiado pela FFMS:

- Sessão 1: Área da Economia (Consultor: Fernando Alexandre)

Na área económica a atenção da FFMS estará virada para o desempenho económico de Portugal, citando-se os tópicos produtividade, mercado de trabalho (tópico que poderá estar relacionado com a área das instituições), alterações estruturais,

cadeias de valor globais, economia digital, endividamento e financiamento de empresas, famílias e Estado. Privilegiar-se-ão trabalhos que utilizem um grande número de dados, que possam inclusive ser utilizados noutros projetos, tendo sido chamada a atenção para o Projeto do Banco de Portugal BPLim (laboratório de microdados, sob a direção de Paulo Guimarães).

- Sessão 2: Área de Sociedade (Consultor: João Peixoto)

Tópicos: desigualdades sociais (pobreza, mobilidade, coesão social); ciência (universidades e empresas, cultura científica); educação (ensino do português, matemáticas e ciências, professores e ensino, mudança tecnológica, políticas para a língua portuguesa); saúde (novas formas de prestação de cuidados de saúde, reorganização do sector, desafios para as profissões; eixo público/privado); dinâmicas populacionais (envelhecimento, coesão territorial, integração dos imigrantes, diásporas portuguesas no mundo); juventude (comportamento juvenis, mercado de trabalho, política); outros (habitação...).

Valoriza-se: Projetos que contribuam para o conhecimento das principais dinâmicas da sociedade portuguesa, no que se refere à coesão social, condições de vida, equilíbrio territorial, difusão do conhecimento, articulação ensino-sociedade, renovação populacional. Projetos que produzam recomendações capazes de alterar as dinâmicas sociais no sentido referido no ponto anterior. Projetos que utilizem bases de dados disponíveis ou que, em circunstâncias especiais, possam produzir informação relevante.

- Sessão 3: Área de Instituições (Consultor: Carlos Jalali)

Visa a criação de estudos sobre o conjunto de regras que estruturam a nossa democracia. Uma grande incidência na área da Ciência Política e na área do Direito. Há, no entanto, abertura temática para outras áreas.

Temas: políticas públicas de segurança alimentar (*food security*); mecanismos de controlo ético da corrupção nos titulares de cargos públicos; ética e integridade na política: a perspetiva de cidadãos e políticos; qualidade e capacidade de governação (*governance capacity*) em Portugal; igualdade e previsibilidade do Estado; as (não) decisões dos juízes; participação dos cidadãos no processo de políticas públicas; a sustentabilidade democrática: avaliação da educação para a cidadania democrática em Portugal.

Valoriza-se: projetos que demonstrem inovação a nível metodológico (ex. o uso de métodos experimentais), com impacto no debate público. Projetos que integrem elementos de ‘ciência cidadã’ (*citizen science*), possibilitando a participação pública no processo de investigação (de forma complementar e enriquecedora do trabalho da equipa), permitindo o envolvimento do público também no processo de investigação (e não apenas no debate dos resultados) e contribuindo assim para a cultura científica (máxime na área das ciências sociais).

- Também se procedeu a uma apresentação sobre a submissão de projetos:

As candidaturas ao financiamento da FFMS serão feitas em 2 fases: uma primeira fase de ‘concept note’, em que se faz uma apresentação sucinta do projeto, âmbito do mesmo e dos impactos esperados, e uma segunda fase, de submissão do projeto segundo o formulário da FFMS (definição do problema de investigação, estado da arte, metodologia, plano de trabalho, orçamento anualizado, produtos previstos (relatórios, bases de dados, outros), equipa do estudo, público(s)-alvo possíveis e impacto previsto). A 1ª fase será sujeita a uma avaliação interna (equipa de estudos/comissão executiva da FFMS), da qual resultará uma comunicação ao proponente, na qual os *referees* poderão fazer comentários e dar parâmetros para ajudar a desenvolver a proposta subsequente. A 2ª fase será sujeita a avaliação externa (*refereeing* externo e *double-blind*) e avaliação interna (equipa de estudos e órgãos sociais da FFMS).

Não existirá um período de candidatura, sendo as mesmas possíveis a partir do dia 15 de julho, em português ou inglês.

Os pedidos de esclarecimento devem ser enviados à Dr.ª Mónica Vieira (mvieira@ffms.pt). A FFMS terá uma equipa de apoio para gestão de projetos, para questões do plano de trabalho, orçamento e discussões intermédias.

A FFMS valorizará a dimensão inter-/multidisciplinar e, se possível, internacional (centros de I&D estrangeiros, investigadores estrangeiros; no entanto, o *objeto do estudo deve ser sempre a realidade portuguesa*. Haverá espaço para estudos regionais na medida em que este poderá ter ‘tradução’ nacional).

Grande atenção à apresentação dos resultados (multi-formatos).

O Investigador Responsável pode apresentar quantos projetos quiser.

O objetivo da FFMS é os projetos arrancarem já em janeiro de 2019.

- Outras informações:

A dimensão europeia será também muito importante, na medida em que ajudar a compreender a realidade portuguesa.

Prazos: não existe um período de candidaturas fixo, mas a ideia é que os projetos se iniciem em janeiro/fevereiro de 2019, ou seja, as propostas devem ser apresentadas tão brevemente quanto possíveis para poderem ser atempadamente avaliadas pela FFMS.

Perante a questão de haver ou não um orçamento máximo para cada projeto, a resposta foi de que o mesmo não existe. Para cada projeto e área não há um orçamento máximo. Varia em função do impacto esperado e da equipa. 'É o que o impacto que o projeto puder valer e os gastos que lhe são associados.'

O objetivo não é estar a construir base de dados (já tem a PORDATA). Certamente que há estudos cuja mais-valia é a construção de uma base de dados, mas não é de todo o objetivo da FFMS andar a construir base de dados.

A abertura a metodologias mistas ou totalmente qualitativas é total, desde que bem justificada.

Qual a abertura para fazer um *update* de estudos previamente desenvolvidos há 7/10 anos? ('Vamos financiar poucos projetos acima de 200.000€.') Um dos critérios para selecionar propostas é o grau de novidade e interesse de um tema. Se for uma proposta que complemente ou que atualize um estudo já realizado, haverá abertura.

São claramente incentivados projetos entre várias instituições e, também, vários países.

Objetivo da FFMS: Atrair a atenção da comunicação social para temas para os quais poderiam não estar tão atentos. O impacto mede-se através do interesse para o debate público, para a sociedade, não de citações.

Não existe um montante de financiamento típico para os projetos propostos.